



XII ENPEH

# **TERRITÓRIOS DISPUTADOS:** PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE

**Luís Fernando Cerri**  
**Oswaldo Mariotto Cerezer**  
**Renilson Rosa Ribeiro**  
(Organizadores)



TERRITÓRIOS DISPUTADOS:  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ENSINO  
DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE

Luís Fernando Cerri  
Oswaldo Mariotto Cerezer  
Renilson Rosa Ribeiro  
(Organizadores)

TERRITÓRIOS DISPUTADOS:  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ENSINO  
DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE

1ª Edição

**UNEMAT**  
*Universidade do Estado de Mato Grosso*  
*Carlos Alberto Reyes Maldonado*

  
**EDITORA**  
UNEMAT

Cáceres, MT  
2021

Copyright Luís Fernando Cerri; Osvaldo Mariotto Cerezer; Renilson Rosa Ribeiro, (orgs.) 2021.  
Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

**Arte da Capa & Diagramação:** Kenny Kendy Kawaguchi

**Revisão Textual:** Paruna Editorial

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

C417t Cerri, Luís Fernando.

Territórios disputados: produção de conhecimento no ensino de história em tempos de crise / Luís Fernando Cerri, Osvaldo Mariotto Cerezer e Renilson Rosa Ribeiro (orgs.). – Cáceres: UNEMAT Editora, 2021.

366 p. ; il.

ISBN 978-65-86866-41-4.

1. História. 2. História, Ensino. 3. Professores de História. I. Cerezer, O. M. (org.). II. Ribeiro, R. R. (org.). III. Título. IV. Título: produção de conhecimento no ensino de história em tempos de crise.

CDU 94(07)

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

**Reitor**  
Rodrigo Bruno Zanin

**Vice-reitora**  
Nilce Maria da Silva

**EDITORA UNEMAT**

**Conselho Editorial**  
Presidente  
Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa

**Conselheiros**  
Judite de Azevedo do Carmo • Ana Maria de Lima • Maria Aparecida Pereira Pierangeli • Célia Regina Araújo Soares Lopes  
• Milena Borges de Moraes • Ivete Cevallos • Jussara de Araújo Gonçalves • Denise da Costa Boamorte Cortela • Teildo Anderson da Silva Pereira • Carla Monteiro de Souza • Wagner Martins Santana Sampaio • Fabiano Rodrigues de Melo

**Suplentes**  
Graciela Constantino • Maria Cristina Martins de Figueiredo Bacovis • João Aguilar Massaroto • Ricardo Keich Umetsu  
• Nilce Maria da Silva • Sérgio Santos Silva Filho • André Luiz Nonato Ferraz • Karina Nonato Mocheuti

Av. Tancredo Neves, 1095 – Cavalhada III – Cáceres-MT – CEP 78217-900 –  
Fone: (65) 3221-0023 – editora@unemat.br – www.unemat.br

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

**EDITORA**  
U N E M A T

**ABEH**  
Associação Brasileira de Editores de Ciências da História

**UFMT**

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

**UFGD**  
Universidade Federal  
da Grande Dourados

**CAPES**

**CNPq**

**UNEMAT**

**GOVERNO DO MATO GROSSO**

**H**

**PPGEL**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E LINGUAGEM

Dedicamos essa obra aos/às professores/as de História na educação básica do Brasil, em luta diária pela liberdade de pensar, ensinar e criar.

Um agradecimento especial para o Coral UFMT, que nos inspirou nesses dias em Cuiabá com um repertório de esperança e fé na vida.

**Resistiremos!**

# SUMÁRIO

---

- 9 APRESENTAÇÃO
- 15 DOS OLHARES INVESTIGATIVOS: PANORAMA  
SOBRE OS TRABALHOS DO ENPEH 2019  
Marcella Albaine Farias da Costa  
Vitória Azevedo da Fonseca
- 26 GRUPOS DE PESQUISA EM DIÁLOGO
- 27 HISTÓRIA PÚBLICA, MÍDIAS E LINGUAGENS CULTURAIS: DESAFIOS  
À PESQUISA E ÀS PRÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA  
Éder Cristiano de Souza  
Márcia Elisa Teté Ramos
- 42 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS APRESENTADAS NO  
GPD O ENSINO DE HISTÓRIA NA ENCRUZILHADA  
Maria Aparecida da Silva Cabral  
Patricia Bastos Azevedo
- 60 GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA  
Ana Maria Marques
- 74 APRENDIZAGEM HISTÓRICA EM AMBIENTE DE ESCOLARIZAÇÃO  
Marcelo Fronza  
Ana Claudia Urban
- 90 A CONSTITUIÇÃO DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR:  
LIVROS E NARRATIVAS DIDÁTICAS  
Luís César Castrillon Mendes  
Oswaldo Rodrigues Junior

- 107 ENSINO, APRENDIZAGEM E PROCESSOS AVALIATIVOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: QUE ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS NA CONTEMPORANEIDADE?  
Juliana Alves de Andrade  
Marcus Leonardo Bomfim Martins
- 126 ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA E DIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE  
Fernanda Martins da Silva  
Oswaldo Mariotto Cerezer  
Renilson Rosa Ribeiro
- 152 REFLEXÕES SOBRE APRENDIZAGENS E SENSIBILIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA  
Arnaldo Pinto Junior  
Halfred Carlos Ribeiro Junior
- 168 POLIFONIAS DO PATRIMÔNIO E DOS MUSEUS NO ENSINO DE HISTÓRIA: POTENTES ENCONTROS  
Aline Montenegro Magalhães  
Carina Martins Costa  
Carmem Zeli de Vargas Gil  
Mônica Martins da Silva
- 187 FONTES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA  
Marli Auxiliadora de Almeida  
Vanda da Silva
- 205 ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISES: OLHARES DECOLONIAIS E INTERCULTURAIS  
Ilka Miglio de Mesquita  
Marizete Lucini
- 221 PALAVRAS CERTAS E CERTAS PALAVRAS: O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE DEMOCRACIA E AUTORITARISMO  
Fernando Seffner  
Fernando Penna

- 244 AS LINGUAGENS SERVEM PARA TRAVAR O “BOM COMBATE”? ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISES, NEGACIONISMOS E CONFRONTOS  
Flávio Vilas-Bôas Trovão  
Ana Paula Squinelo
- 258 **PAINÉIS DA PESQUISA**
- 259 A LUTA PELA ÁFRICA INDEPENDENTE E A SAGRADA ESPERANÇA DE AGOSTINHO NETO: REFLEXÕES SOBRE O USO DA LITERATURA PARA CONHECER E ENSINAR HISTÓRIA  
Bruno Pinheiro Rodrigues
- 277 EDUCAÇÃO HISTÓRICA: TEORIA E PESQUISA  
Geysy Dongley Germinari
- 293 SUPER-HERÓIS, GÊNERO E FICÇÃO HISTÓRICA EM CAPITÃO AMÉRICA: O PRIMEIRO VINGADOR (2011) E MULHER-MARAVILHA (2017)  
Maristela Carneiro
- 310 VENDAS, BALAIOS, TABULEIROS E PADEIRAS: NOTAS PARA A HISTÓRIA DAS MULHERES NA CAPITANIA DE MATO GROSSO  
Nauk Maria de Jesus
- 325 A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NA UFPA PARA A ESCOLA BÁSICA: PERSPECTIVAS EM TEMPOS DE CRISE  
Wilma de Nazaré Baía Coelho  
Érita Evelin da Silva
- 343 CULTURA DIGITAL E ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE PRESSUPOSTOS E POSSIBILIDADES DE PESQUISA  
Aléxia Pádua Franco
- 360 SOBRE OS AUTORES



## APRESENTAÇÃO

O XII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH) aconteceu num contexto bastante adverso para o país como um todo, em especial para os investimentos em pesquisa e, ainda mais especificamente, para a pesquisa em Ciências Humanas. Como se não bastasse, a pesquisa em ensino e a pesquisa em ensino de História, que já são tradicionalmente preteridas em várias esferas, encontraram nesse momento uma conjuntura ainda mais difícil. Diante de todas essas dificuldades, a realização do ENPEH configurou-se como um ato de resistência, compromisso e uma manifestação de pujança e crescimento da comunidade de pesquisadores que se dedica ao estudo do ensino e da aprendizagem da História. Nenhuma surpresa, porque esta é a marca da trajetória desta comunidade: se somarmos os Encontros de Pesquisadores e os Encontros Perspectivas do Ensino de História, lá se vão 22 reuniões nacionais desde 1988, um encontro a cada ano e meio, em média. Se no primeiro encontro de pesquisadores tratava-se de afirmar a viabilidade e a legitimidade da pesquisa no ensino de História, ou seja, sustentar que seus agentes, além de práticos no desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem histórica, seja nas escolas de ensino fundamental e médio, seja nas faculdades e universidades em que se formam os professores, eram ainda sujeitos reflexivos, cujo labor também era teorizado, refletido, submetido a método e crítica, posto em relação com os saberes e teorias já consolidados, enfim, em uma palavra: ciência. Como todo tema ou campo novo, o resultado desse labor poderia parecer um pouco desencaixado das formas e funções já consagradas nas áreas a partir das quais se destacava, principalmente a História e a Educação. Tratava-se ainda, naquele momento, de reforçar que estes sujeitos com suas temáticas poderiam, sim, constituir linhas de pesquisa internas aos programas de pós-graduação, produzir dissertações e teses, candidatar-se à orientação de projetos de iniciação científica e a financiamentos dos órgãos oficiais de fomento à investigação científica. Hoje, em que pesem alguns preconceitos e questionamentos recalcitrantes,

essas demandas iniciais já podem ser consideradas como agenda superada nesta comunidade de pesquisadores e na comunidade científica nacional. Novos desafios se colocam à nossa frente na atualidade.

Já descontadas as dimensões continentais, populacionais e educacionais do Brasil, não há na América Latina outro país em que a área de pesquisa do ensino de História tenha proporção tão expressiva dentro das Ciências Humanas, seja da História, seja da Educação, duas áreas tradicionais que o ensino de História margeia, integra e frequenta. Há uma especificidade na nossa história educacional e científica que vem oportunizando e demandando essas dimensões impressionantes que a comunidade de pesquisadores de ensino de História e sua alentada produção vêm alcançando, e esse fenômeno mesmo tem merecido, há tempos, uma pesquisa abrangente e aprofundada.

No presente livro, o leitor terá acesso a dois dentre os principais produtos do XII ENPEH: os relatórios dos painéis de pesquisa, inovação deste evento, e os relatórios dos coordenadores dos Grupos de Pesquisa em Diálogo, os GPDs. Os GPDs foram uma novidade introduzida no X ENPEH, em Aracaju, Sergipe, em 2013, buscando dar organicidade e aprofundamento ao debate sobre as pesquisas apresentadas, garantindo comprometimento, continuidade, envolvimento e interlocução sistemáticas entre as pesquisas apresentadas. A experiência foi continuada no XI ENPEH, realizado no Rio de Janeiro, em 2017, com alguns aperfeiçoamentos em sua sistemática de convocação, montagem e execução, e consolidada como sessão de apresentação de pesquisas típica do evento, aclimatada às condições e desafios do XII ENPEH em Cuiabá, Mato Grosso, em 2019. Cabe destacar que o primeiro ensaio, à guisa de introdução, deste livro busca sintetizar e traçar as principais linhas de enfoque, desenvolvimento e prospecção dos trabalhos de pesquisa apresentados no evento. O texto é de autoria de Marcella Albaine e Vitória Azevedo da Fonseca, duas jovens doutoras que trazem uma bagagem significativa e uma perspectiva promissora de produção na área.

Não se faz ciência sozinho. Mesmo nos textos que produzimos como único autor, os demais sujeitos estão aí de alguma forma, subjacentes. Em parte, é por isso que soa bem utilizar em nossos textos acadêmicos a primeira pessoa do plural: mais que uma razão estilística, o tal “plural de modéstia”, trata-se de um reconhecimento tácito de que estamos sempre acompanhados. O pesquisador, o cientista, mesmo solitário em seu escritório, gabinete ou à frente de sua sala de aula, está sempre reunido em sua tarefa, seja sincrônica, seja diacronicamente, pois sempre se impõem os diálogos com os pesquisadores que o precederam, com seus avanços e fracassos, todos igualmente pedagógicos e constituintes do estágio atual do conhecimento, mas também as interlocuções com aqueles que o sucederão, na forma de projeto, intenção de legado ou mesmo como esperança. Também nos comunicamos de forma constante e irrecorrível com os pesquisadores com os quais partilhamos o mesmo tempo-espço, pois a eles nos dirigimos continuamente, estando ou não diretamente presentes quando falamos ou escrevemos, da mesma forma que um destinatário já se faz presente na escrita da carta, antes mesmo de que seja envelopada ou enviada, inclusive nos casos em que nunca será remetida. O ENPEH, o Perspectivas e tantos outros eventos nos quais nos envolvemos fornecem um momento privilegiado para esse período fundamental do método científico, que é o da crítica e da interlocução, sem as quais um trabalho científico não se burila nem se legitima. Nas páginas a seguir, o leitor poderá acompanhar com um grau relevante de detalhes este processo da crítica e da interlocução por meio dos registros.

Entre as várias funções que este livro pode cumprir está a de representar um quadro possível e representativo da pesquisa em ensino de História no Brasil no final do ano de 2019; embora não seja o anuário abrangente e exaustivo de toda a pesquisa que acontece dentro desse campo em um determinado momento, o livro reúne o que pode ser considerado o extrato confiável, quantitativa e qualitativamente falando, do que se fez e do que se faz, as diferentes vertentes, enfoques e olhares sobre os objetos, os temas,

os objetivos, os embates, os problemas e as abordagens transparecem nas páginas seguintes. Mais que uma fotografia panorâmica, estamos diante de um filme ou de uma apresentação dinâmica, para aprimorar a metáfora, em que se pode acompanhar o andamento das diferentes frentes de pesquisa em ensino de História no Brasil e mesmo dos países vizinhos. Esse registro, por sua vez não é importante apenas porque nos permite repensar criticamente a agenda de pesquisa da área para os próximos anos, mas também porque funciona como um documento para garantir, permitir e facilitar o trabalho futuro de historiografar essa importante trajetória coletiva.

O pesquisador que apresentou o trabalho no evento encontrará nestas páginas um retorno adicional em termos de discussão crítica e colaborativa ao material exposto, bem como um olhar sobre como seu trabalho se envolve e se articula no todo das pesquisas que a comunidade trouxe para o evento. Assim reforça-se seu pertencimento, sua rede de colaborações e solidariedades, e recebe um incentivo para continuar pesquisando, ensinando e participando dos eventos acadêmicos, numa espiral ascendente. Aos pesquisadores experientes, mas principalmente para os iniciantes, para os graduandos envolvidos em iniciação científica e iniciação à docência, vislumbra-se a estrada à frente, em permanente convite para seguirmos caminhando juntos.

Está consignada nesta obra a visibilidade para os diferentes temas de pesquisa e para as diferentes formas de abrangê-los e desenvolvê-los, bem como para a organização de subgrupos dentro dos temas, e ainda para as divergências, confrontos e contestações que, se praticados com a cordura típica da vontade colaborativa de saber, são importantes riquezas às quais um campo de conhecimento científico jamais pode renunciar.

Deste material será possível perceber e caracterizar as várias frentes de diálogo entre nossa comunidade de pesquisadores e as preocupações e demandas da sociedade, bem como de outras áreas da academia e do sistema educacional. Aliás, estamos diante de um documento que, em sequência com outros semelhantes, tem o condão de caracterizar as relações, por exemplo, com o Estado e os gestores das atividades educacionais e das políticas públicas

para educação, bem como os setores envolvidos com a divulgação científica. O leitor deverá notar neste volume uma mudança no padrão das relações com tais agentes sociais em relação aos documentos de outros encontros anteriores, uma vez que, desde o golpe de 2016, o governo federal e diversos outros órgãos de Estado têm se comportado mais como mecanismos de imposição de projetos e programas para a educação do que como gestores democráticos que buscam a interlocução com os especialistas das diversas áreas relacionadas à educação. Uma das características distintivas da nossa comunidade de pesquisadores foi por décadas a intensa militância, como consultores e representantes, na elaboração e execução das mais diversas políticas públicas, principalmente nos campos do currículo e da avaliação de materiais didáticos. Infelizmente os últimos anos vêm sendo marcados por um lamentável desperdício da expertise que os pesquisadores da área do ensino de História vieram produzindo e acumulando ao longo das últimas décadas. Expertise essa largamente financiada em forma de cursos e bolsas de pós-graduação no Brasil e no exterior pelo mesmo poder público que, agora, tomado pela mais rasteira e anacrônica ideologia neoliberal de Estado mínimo, desperdiça tais ativos acumulados em forma de recursos humanos e de conhecimento, em benefício de visões importadas, impropriamente economicistas ou economicamente interessadas, na forma de fundações privadas financiadas pelo grande capital. Mas, para os mais experientes, cuja memória deve ser conhecida e respeitada criticamente pelos mais novos, não é necessário lembrar que foi assim, enfrentando as adversidades de governos e nas lutas pela história ensinada, que a nossa comunidade nasceu e se fortaleceu nos idos dos anos 1980. Se essa história nos ensina alguma coisa é que esses sujeitos nefastos não duram, porque seus projetos não são sustentáveis, tanto em termos econômicos quanto políticos e sociais. Se, por ora, passaram, confiamos que não passarão! E nós ainda estaremos aqui, fazendo o nosso trabalho, fazendo educação e fazendo ciência, o que além de não ser insignificante, é excelente notícia.

Guardadas as diferenças, o movimento contínuo de crescimento dos resultados das pesquisas sobre ensino de História lembra fenômenos no mundo das ciências em que campos específicos em uma área ou em área de fronteira cresceram de tal modo que começaram a consolidar objetos e métodos próprios, e terminaram constituindo uma nova ciência. Em que ponto da trajetória estaríamos? Será que é o itinerário que estaríamos traçando? Para onde leva o percurso em que estamos? A que interesses atende, e a quais ofende, dentro dos significativos embates por recursos e prestígio que compõem os bastidores do cotidiano do trabalho científico? Antes disso, ainda, caberia nos perguntarmos: para onde queremos que esse caminho nos leve? Esse tipo de pergunta não se responde individualmente e nem por atos de vontade: o futuro de cada área do conhecimento se impõe por sua própria história. Sabemos, apenas, e isso não é pouca coisa, que somos parte integrante, responsável e pulsante dessa história.

**Luís Fernando Cerri**

Presidente da ABEH (gestão 2019-2021) / UEPG

**Oswaldo Mariotto Cerezer**

Comissão Organizadora do XII ENPEH / Unemat

**Renilson Rosa Ribeiro**

Comissão Organizadora do XII ENPEH / UFMT

# HISTÓRIA PÚBLICA, MÍDIAS E LINGUAGENS CULTURAIS: DESAFIOS À PESQUISA E ÀS PRÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

---

Éder Cristiano de Souza  
Márcia Elisa Teté Ramos

## Apresentação

Vivemos no mundo das imagens em movimento. Até meados do século XX a indústria cinematográfica quase monopolizava a produção e difusão de sonhos e memórias, criando e tornando famosos personagens, cenários, acontecimentos, visões de mundo e valores sociais, culturais e políticos. Depois a televisão passou a competir com o cinema, chegando a se tornar hegemônica nessa disputa por espaço nos corações e mentes dos espectadores.

Mas o século XXI trouxe uma nova realidade. Computadores e *smartphones* tornaram possível que os espectadores também se convertessem em produtores de conteúdos. As plataformas digitais criaram os canais necessários, através dos quais a profusão de imagens, textos, vídeos, ideias, valores e comportamentos se torna uma via de mão dupla. Hoje, as grandes empresas de comunicação não apenas ditam, mas também buscam acompanhar as tendências ditadas pelos públicos.

Nesse universo complexo de produtores e consumidores de conteúdos culturais e informações, os algoritmos são programados para favorecer as interações e direcionar os olhares, formando nichos cada vez mais isolados de grupos de opinião e comportamento. Nesse emaranhado de ações e

interações, a História tem se tornado um produto valioso, objeto de disputas e interesses os mais diversos. A profusão de apropriações do passado como objeto de consumo e veículo de difusão de valores e ideias, a serviço de grupos e poderes, torna-se então objeto de preocupação para estudiosos da área.

Pensando em todas essas questões, nossa iniciativa foi propor um GPD (Grupos de Pesquisa em Diálogo) para o XII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, cuja temática foi Territórios Disputados: Produção de Conhecimento no Ensino de História em Tempos de Crise. Nosso GPD foi intitulado História Pública, Mídias e Linguagens Culturais: Desafios à Pesquisa e às Práticas no Ensino de História. Essa opção se deu por vivenciarmos esse momento no qual o passado é constantemente chamado em várias esferas sociais e por uma diversidade de sujeitos para responder às demandas do presente, corroborando ou transgredindo concepções e ideias e embasando práticas.

O “uso do passado” é uma prática recorrente e tradicional, mas o que definitivamente caracteriza nosso tempo é a capacidade das narrativas históricas circularem por meio das linguagens culturais, em mídias de massa e nas plataformas digitais, alcançando um público amplo, não acadêmico. Não apenas nossos alunos, mas nós, como professores, experienciamos este universo cultural permeado pelas mensagens midiáticas, sendo fundamental destacar que tais mensagens incidem nas ideias históricas que servem para ancorar a construção do conhecimento histórico escolar.

O presente texto subdivide-se, então, em dois tópicos principais. No primeiro, buscamos aprofundar essas problemáticas, apresentando algumas discussões teóricas em torno do que se tem chamado de História Pública, com olhar específico sobre os usos e abusos do passado veiculados por diversas mídias, especialmente através do uso de linguagens culturais, como a cinematográfica, a televisiva e outras. No segundo, fazemos um balanço dos trabalhos apresentados no referido GPD, apontando algumas possibilidades de investigação e inovação para esse campo de possibilidades de estudos e reflexões que aos poucos vem se abrindo para a área do ensino de História.



## **História Pública, mídias e linguagens culturais: reflexões teóricas**

Podemos localizar a instauração do campo investigativo da História Pública nos Estados Unidos na década de 1970, na Universidade da Califórnia (UCLA), mas ressaltando que: mesmo naquele país, este campo investigativo já se encontrava presente antes de sua institucionalização, porém com outras nomenclaturas, e se desdobraria por vários países ajustando-se às peculiaridades do contexto sociocultural de cada um (CAUVIN, 2019, p. 24). No caso da História Pública, Roy Rosenzweig e David Thelen (1998) citam associações científicas que pesquisaram em nível nacional – como a *National Council on Public History*, criada em 1979 – sobre o que o público em geral tem a nos dizer quanto ao passado, o que se imbricava com a forma pela qual as pessoas interpretavam materiais que traziam determinado conhecimento do passado (ROSENZWEIG; THELEN, 1998).

A vertente estadunidense da História Pública seria também uma resposta à reconfiguração do papel do historiador em tempos em que a história se torna apenas uma questão de validar qualquer versão circulante, seja ela qual for, somando-se à necessidade de solucionar a crise de mercado de trabalho para o historiador. Por isso, e pelo próprio contexto, nos Estados Unidos, o historiador tem em seu trabalho atrelado à História Pública uma série de atividades que no Brasil são pouco potentes: “consultoria histórica a empresas, assessoria e projetos de turismo e patrimônio, criação de arquivos empresariais, curadoria de museus, histórias de famílias, atividades junto a órgãos governamentais”, bem como “serviços de produção histórica” para grupos ligados à história local e estadual e “participação de historiadores no processo de elaboração de políticas públicas” (CAUVIN, 2019, p. 30).

As críticas, como a de Rousso (1984), a este modelo de História Pública enfatizam seu aspecto economicista/pragmático ao privilegiar o mercado de trabalho e o setor privado/empresarial. Contudo, há que se levar em conta a posição de outros autores com os quais trabalhamos que entendem que

atuar na difusão e construção do conhecimento histórico para “audiências” mais amplas, o que demanda habilidades, métodos e especializações próprias, na área de preservação, de difusão e ensino extraescolar, é uma forma de democratizar o conhecimento histórico (SANTHIAGO, 2016).

No Brasil, como nos Estados Unidos, não sem ter razão em parte, alguns críticos apontam o fato de a História Pública abarcar uma diversidade de estudos, tonando-se assim uma espécie de “terra de ninguém”. Cumpre entender que a legitimação de um campo de pesquisa sempre provoca este tipo de questionamento compelindo a necessidade de se (re)pensar uma definição, porém, não vemos problema em considerar a História Pública como um

[...] guarda-chuva conceitual capaz de abrigar tudo aquilo que tem sido pensado e escrito em chaves como: usos da memória; usos do passado; demanda social; percepção pública da história; divulgação científica da história; interpretação e curadoria; empoderamento e pesquisa – ação, apropriações midiáticas, literárias e artísticas da história – e assim por diante. (SANTHIAGO, 2016, p. 25)

Cauvin (2019, p. 23) também considera que algumas áreas já mobilizavam a História Pública, como a História Oral, a prática museal e a História Digital. Nos estudos brasileiros, o campo da Didática da História e a História Pública se aproximam quando se voltam para o interesse em inquirir sobre como as pessoas pensam o passado. Para Rüsen (2010a), um dos expoentes da Didática da História que se origina na Alemanha na década de 1970, neste campo, procura-se compreender a cultura histórica como “manifestação da consciência histórica na sociedade”, que “inclui o trabalho cognitivo dos estudos históricos, bem como as atitudes da vida cotidiana voltadas para a compreensão do passado” e, ainda, a “educação histórica nas escolas” e “as apresentações do passado nas diversas mídias ou na literatura” (RÜSEN, 2010a, p. 24).

Bergmann (1990) centralizou a preocupação da Didática da História no ensino/aprendizagem ao dizer que esta investiga sobre: o que é apreendido no ensino de História (ação empírica, cujo objetivo é abranger a elaboração da História e sua compreensão, tanto no ambiente acadêmico, como na escola ou em outras esferas sociais), o que pode ser apreendido (reflexão sobre os interesses, problemáticas, pressupostos, teorias, métodos, formas de exposição), o que deveria ser apreendido (tarefa normativa, que enfoca as formas de mediação intencional e da representação ou exposição da História) (BERGMANN, 1990, p. 29-31).

Entre muitas convergências, História Pública e Didática da História são campos distintos, pois enquanto a primeira, embora investigue o que o público pensa sobre assuntos históricos (isso, especialmente na Europa), acaba centralizando seu interesse no “fazer História Pública” (mais nos Estados Unidos), a segunda enfoca no que consiste a consciência histórica, a cultura história ou o pensamento histórico e vem, no Brasil, se interessando pela formação histórica escolar e extraescolar.

Se História Pública e Didática da História são entendidas muito mais em suas semelhanças que as diferenças, por que vem ocorrendo a opção de muitos estudiosos pelo emprego da primeira? Ao utilizar “História Pública” se procura, atualmente, marcar uma sociedade onde se recorre às temáticas históricas para legitimar determinadas ideias, defender projetos sociais e posicionamentos políticos.

Marcar também uma discussão sobre a função social do historiador e do professor de história, assim como as diretrizes e práticas relacionadas ao ensino e a aprendizagem históricos, diante do *boom* atual de história midiática, espetacularização e serviços de memória, relacionados muitas vezes a interesses econômicos e/ou agendas políticas.

Podemos dizer que existe uma “história paralela” ocorrendo à revelia da história especializada, então divulgada por jornalistas, *youtubers*, comentaristas, economistas, políticos, blogueiros, e, sim, por certos historiadores à margem do método histórico regulado pelo consenso entre

os pares. Uma história que produz *best-sellers*, cativa uma grande audiência e justifica práticas, muitas vezes questionáveis porque preconceituosas. Não se trata de demonizar este tipo de História Pública, pois muitos conseguem unir a história especializada com a história inteligível ao grande público, lembrando que, por um tempo considerável, os historiadores se apartaram da atenção com o público comum, tornando seu discurso autorreferente (RÜSEN, 2010a, p. 27) e distanciado.

Sem que alguém se ocupe de determinados espaços de demanda pelo conhecimento histórico, outros, que não o historiador, terminam assumindo-os. O “lugar da escrita da história”, desta forma, se desloca, e nos “deparamos com um fenômeno interessante: a insurgência de outros sujeitos a disputarem o controle desse lugar disciplinar” (MENESES, 2019, p. 69).

Entretanto, existe uma produção de bom nível, acessível a um público não especializado, proveniente da academia ou de sujeitos compromissados com a divulgação de uma história aceitável pela perspectiva da ciência histórica (SANTHIAGO, 2016, p. 23), contudo: “A única divulgação da pesquisa que a Academia aceita e encoraja é a publicação em periódicos e livros destinados à comunidade científica *stricto sensu*: os leitores são interlocutores especializados, ligados à vida acadêmica”, por isso a necessidade de a academia repensar os espaços de atuação tendo como referência o diálogo com a recepção do público de seu trabalho (SANTHIAGO, 2016, p. 25).

## **Investigações e reflexões sobre História Pública e ensino: caminhos em aberto**

Segundo Jurandir Malerba, “é preciso considerar a história popular/pública (que atinge grandes audiências), veiculada por meio de variadas mídias (livros, televisão, *internet*, cinema, museus), um campo fundamental e permanente de reflexão a exigir a atenção permanente dos historiadores acadêmicos” (2014, p. 43). Tendo como foco essa preocupação, que diz respeito não apenas à produção do conhecimento histórico, mas também

ao ensino, nosso Grupo de Pesquisa em Diálogo (GPD) discutiu formas de conhecimento histórico que circulam na sociedade, bem como seus usos, abusos e potencialidades, refletindo sobre as (des)articulações entre História acadêmica e Histórica escolar.

Em uma sociedade em que a história escolar sofre a interferência da história midiática muitas vezes problemática, a História Pública abarca a necessidade de “aplicação da metodologia histórica em relação a situações do presente” (CAUVIN, 2019, p. 9), ou seja, na escola, para se contrapor a uma história não científica, podem ser colocados em pauta os procedimentos utilizados pelos historiadores para produzirem a historiografia.

Embora haja diversidade nas formas através das quais a História Pública pode ser compreendida, podemos dizer que esta significa a História não especializada, não acadêmica, que se espalha no social de distintas formas, inclusive compondo o senso comum. Enquanto o senso comum não é regulado, testado, verificado ou metodicamente analisado, existe um conjunto de dispositivos constitutivos dos saberes na História Pública que medeiam, se apropriam, reelaboram a história acadêmica com poder de convencimento e internalização.

Os principais dispositivos que permitem a mobilização de saberes que interligam o senso comum (os saberes obtidos nas vivências cotidianas) com a História especializada (controlada pela metodologia científica) são: 1) o ensino de História na escola; 2) o livro didático; 3) museus ou acervos; 4) materiais midiáticos como programas de televisão, jornais, documentários, filmes e livros (ALBIERI, 2011); e acrescentamos o item 5) currículo escolar de História. O item quatro refere-se aos materiais extra-acadêmicos sobre o passado que estão nos filmes, jogos eletrônicos, revistas de consumo, novelas, documentários, ficção-histórica, quadrinhos, material digital, entre outros, e provavelmente apresentam grande capacidade de interferir História Pública, por serem mais persuasivos, atraentes e coerentes ao universo cultural do público (GROOT, 2009).

Nos últimos dez anos se desenvolveu no Brasil uma “apropriação conservadora sobre o passado”, que segundo Sonia Menezes, em uma cultura midiática, muitas vezes se utiliza uma linguagem atualizada e criativa desqualificadora do papel do professor e das pesquisas históricas (MENEZES, 2019, p. 70), adquirindo legitimidade mesmo infringindo a “ética na pesquisa histórica, manipulando dados e informações e falsificando acontecimentos (p. 75) ou ainda, utilizando fontes, dissertações e teses, “mutilando resultados e conclusões de maneira a referendar argumentos” (p. 78). Josias José Freire Júnior, no texto “História Pública, ensino de História e produção audiovisual: discussão a partir da série *Guia politicamente incorreto*” (2017), apresentado no GDR, polemiza a História Pública conservadora que vem encontrando respaldo na sociedade da contemporaneidade, ressaltando a série *Guia politicamente incorreto*, originada dos livros de Leandro Narloch, de teor revisionista. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, primeiro, a elaboração de um repertório teórico-conceitual, a partir de uma revisão da literatura, de modo a possibilitar uma reflexão sobre a série a partir dos campos da didática da História e da História Pública, seguida de uma abordagem qualitativa da série, abrangendo seus conteúdos – temas abordados – e sua forma – estratégias audiovisuais empregadas. A segunda etapa da pesquisa se dedicou propriamente à análise da série. Para tanto, se desenvolveu uma discussão de seus conteúdos bem como dos elementos da linguagem audiovisual da forma presentes na mesma. A diversidade de temáticas abordadas nos sete episódios da série que foram analisados passa pela questão indígena, ditadura militar no Brasil, racismo, cangaço, aviação, Brasil Império e baseia-se, segundo o autor, muito mais em informações, curiosidades e entretenimento do que na divulgação de uma crítica revisionista.

Já no âmbito do que definimos anteriormente como “guarda-chuva conceitual”, a História Pública também dialoga com outras áreas do conhecimento, sendo que a Educação/Pedagogia é área mais óbvia de articulação, e o trabalho adiante comentado, “Sentidos do uso de imagens

no ensino de história: entre o doutrinar e o emancipar”, de Maria Aparecida Lima dos Santos e Sara Siqueira da Silva, exemplifica a interdisciplinaridade do campo da História Pública, pois a pesquisa provém do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Comunicação, Sociologia, Antropologia e Estudos do Patrimônio também são áreas afins (SANTHIAGO, 2016, p. 24), haja vista o trabalho apresentado por Eliane de Freitas Silva denominado “TDICs e ensino de História: potencializando as pinturas de Sr. Guigui como fontes para o estudo da história de Itumbiara”, orientado pela professora Alécia Pádua Franco no Mestrado em Mídias, Educação e Comunicação da Universidade Federal de Uberlândia, cujo tema é a organização, a preservação e a socialização de memórias e no estudo da História local da cidade de Itumbiara-Go por intermédio de exposição e discussão das pinturas do Sr. Onofre Ferreira dos Anjos, conhecido como Sr. Guigui, utilizando o QR CODES e a realidade aumentada, propiciando aos estudantes ou ao público em geral o conhecimento do passado de Itumbiara de maneira significativa e prazerosa.

No GDR, muitas apresentações referiram-se à cultura das mídias na sua interconexão com o ensino, como: “A pesquisa sobre a UFPA e a produção do documentário *1968: 50 anos depois*, de Edilza Joana Oliveira Fontes, que problematiza o emprego e produção de fontes audiovisuais que partem da História Oral para ensinar história, mais especificamente, sobre a possibilidade de uso deste documentário sobre a ditadura militar; o já citado “Sentidos do uso de imagens no ensino de história: entre o doutrinar e o emancipar”, de Maria Aparecida Lima dos Santos e Sara Siqueira da Silva, figura uma pesquisa que surge no processo de formação no curso de Pedagogia da UFMS, foi motivado pelas preocupações em torno dos usos das imagens para ensinar conteúdos nas aulas de História, especialmente a fotografia, tendo como dispositivo de evocação um estudo de caso para apreender como o professor se apropria das imagens do livro didático. “Audiovisuais na prática docente: análise de relatos de práticas” é título do trabalho de Vitória Azevedo da Fonseca, que considera as potencialidades

pedagógicas no ensino de história dos filmes sugerindo um “roteiro” de bibliografia para estudar o tema, mas, para isso, faz um prévio e apurado levantamento bibliográfico desde 2016, inclusive classificando os referenciais obtidos e os perfis dos autores chegando ao número de 146 textos, sendo eles divididos publicações em Anais de Evento (57), artigos publicados em periódicos ou coletâneas (49), Dissertações de mestrado (14), teses de doutorado (7), Trabalhos de Conclusão de Curso (6), livros (4).

Discutiu-se também a História Pública para além de suas relações com o ensino, entendendo que certas mensagens midiáticas contribuem para a formação histórica dos sujeitos. É o caso de Edvaldo Correa Sotana, que, em “Televisão, telenovela & História Pública: observações gerais”, discute narrativas históricas engendradas na telenovela *Lado a lado* exibida pela Rede Globo de Televisão, na qual se apresentam acontecimentos ocorridos durante o governo Rodrigues Alves (1902-1906) e a administração municipal de Pereira Passos (1902-1906), como a reforma urbana do Rio de Janeiro, a derrubada dos cortiços, a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), a chegada do futebol ao Brasil, a prática da capoeira e a repressão policial, o prelúdio do samba, os cordões carnavalescos, a formação do morro da Providência, o aparecimento do cinematógrafo, a fotografia e a utilização da eletricidade. O autor toma a novela para reflexão conforme três eixos que fomentam a discussão sobre os limites e possibilidades da História Pública: as características da referida novela, as características do meio televisivo e as questões relativas à difusão de narrativas sobre o passado na “telinha”.

Além das mídias “clássicas”, também foram sublinhadas as mídias virtuais, em especial, desde o *Orkut*, até o *Facebook* e *Twitter*, o trabalho “A presença da temática indígena nas publicações *online* da Secretaria de Educação de Minas Gerais: um estudo do *Twitter*”, de Tássita de Assis Moreira, Caroline Rodrigues Lopes e Aléxia Pádua Franco, trata da forma como o currículo é traduzido virtualmente, por intermédio do subprojeto Mapeamento das Políticas Públicas da Secretaria de Educação de Minas Gerais para o Ensino de História e Geografia: Monitoramento do *Twitter* da



SEE/MG, que integra o projeto maior cujo título é Observatório do Ensino de História e Geografia em Minas Gerais: Políticas Públicas, Formação Docente e Produção de Conhecimento (2009-2017), coordenado pela Profa. Dra. Selva Guimarães da Faculdade de Educação (FACED/UFU) e desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História e Geografia (GEPEGH), com o objetivo de compreender as relações étnico-raciais, especialmente indígenas, baseadas na coleta de dados por meio das postagens do perfil oficial da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) na rede social *Twitter*, que atua de forma similar a um *microblog*. Cristiane de Assis Portela, Clarissa Ulhoa e Iara Toscano Correia discutiram a historicidade dos modelos de comunidades virtuais, na comunicação “Do *Orkut* ao *Facebook*: diálogos entre professores de história da educação básica em uma ‘comunidade de aprendizagem’ virtual”, destacando a página do *Facebook* que hoje reúne mais de 19 mil participantes, entre professores e estudantes em formação denominada Ensino Dinâmico de História, surgida em 2006, como uma comunidade do *Orkut*, migrou para o *Facebook*, em 2011, e permanece bastante ativa desde a sua origem. Outro trabalho objetivou tratar das ideias históricas vinculadas aos *memes*, “Novos horizontes virtuais: a historiografia recente a respeito do *meme* de *Internet*”, de Leôncio Alencar Mateus de Freitas, que promete um levantamento bibliográfico e uma discussão a respeito do fenômeno da utilização do *meme* de *Internet*. Esta pesquisa foi realizada na *internet* em páginas de pesquisa e em acervos digitais universitários como o do programa de pós-graduação em arte e cultura visual PPGACV/UFG e as dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de História, o ProfHistória.

Márcia Elisa Teté Ramos discute as “Ideias de jovens estudantes sobre a história como ciência”, no sentido de prognosticar estratégias para fazer o aluno compreender a escrita da história. A comunicação refere-se às considerações iniciais do Projeto Residente, coordenado por Luis Fernando Cerri, cujo objetivo é analisar as respostas obtidas por meio de um questionário organizado pelos participantes da pesquisa, destinado a jovens estudantes do ensino médio, de países como Brasil, Argentina,

Uruguai, Paraguai, Chile, Venezuela, Peru, Colômbia e México. Na pesquisa, busca-se apreender o que o jovem aluno pensa sobre vários temas históricos, verdade histórica, preocupações do presente e expectativa de futuro. O Projeto Residente, atualmente, conta com mais de 70 participantes e dá continuidade a um ciclo interinstitucional e internacional de pesquisa sobre cultura, aprendizagem e consciência históricas e cultura política que vem sendo desenvolvido desde 2007. A pesquisa sustenta-se nos conceitos de consciência histórica e cultura histórica discutidos por historiadores e teóricos da história alemães do grupo de J. Rüsen, K. Bergmann e K. Jeissman, mas a análise dos dados produzidos abre-se a diferentes vertentes das ciências humanas e sociais, o que facilita a colaboração e a participação ativa de pesquisadores formados em diferentes perspectivas.

Vale dizer que não apenas as ideias dos alunos são levadas em consideração para que se reflita sobre os saberes que circulam na História Pública, mas também dos professores. “O ensino entre as redes sociais e a escola: desafios para a formação docente”, de Valéria Filgueiras, busca mapear usos e apropriações que os professores de história fazem das redes sociais, para se pensar em caminhos e possibilidades formativas que extrapolam os limites da sala de aula. Assim, discute e problematiza as demandas de formação docente que estão relacionadas a transposição midiática das redes sociais no contexto escolar.

A História Pública dos Estados Unidos se volta, como já mencionamos, muito mais à intencionalidade de “fazer História Pública” do que “pensar a História Pública”, visando a empregabilidade (FAGUNDES, 2019), o que não desabona de forma alguma a exigência que se impõe atualmente em se refletir sobre a formação do profissional da história na relação direta entre o historiador acadêmico, o professor de história e o historiador público.

Um objetivo recém despertado no Brasil de articular reflexão e ação, ocorre certamente nos Metrados Profissionais em Ensino de História, o ProfHistória (RAMOS, 2019). Como bem demonstraram os comunicadores do GDR ao se apresentarem como pós-graduandos ou professores ligados a

este programa de pós-graduação, ao trazerem para discussão seus “produtos” devidamente elaborados com base na pesquisa acadêmica, a articulação entre o *fazer* e o *pensar* História Pública é possível e proveitosa. Nesta linha de pensamento, supera-se a dicotomia entre a história especializada e a história escolar, cujos resultados podem cooptar um público mais abrangente, como o de Danilo Alves da Silva, mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que apresentou o trabalho “Letramento histórico-digital: ensino de história e tecnologias digitais”. Neste trabalho, recorre-se às narrativas de professores e estudantes do Colégio Marista Pio X em João Pessoa, capital da Paraíba, de modo a otimizar o ensino de história por meio de estratégias digitais.

Outros trabalhos se moveram segundo a preocupação em produzir História Pública como: “História na rua: cultura histórica e História Pública na TV UERJ”, de Sonia Wanderley, Vivian Zampa e Larissa Costard, cujo objetivo principal é a produção de uma série de programas a serem exibidos na TV UERJ com temas sensíveis e socialmente relevantes, enfrentando a contrainformação e as *fake news*, reflexões estas relacionadas ao Laboratório de Ensino de História (CAP-UERJ) e ao Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades (LEDDDES-UERJ), com o apoio do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ (CTE). e “As letras de *Rap* e história pública no ensino médio: uma forma de ensinar sobre o ofício do historiador”, de Lucas Nunes da Cunha e Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, sendo que Lucas, aluno do primeiro ano do curso de História da Unemat é autor de vários *raps* que abordam os problemas da juventude do bairro onde mora e agora, como estudante de história, vem elaborando *raps* para tornar acessíveis as temáticas históricas.

## Finalizando

Os trabalhos acima mencionados, em síntese, nos mostram que a História Pública não se descompassa com os protocolos de pesquisa histórica, porém, abre-se para o papel que o público tem como aquele que se apropria de narrativas históricas, conforme seus códigos socioculturais. “Atuando de forma concomitante e por vezes concorrente” – diz Fernando Nicolazzi (2019) –, existem níveis ou regimes de historiografia que se subdividem em acadêmico, escolar e de circulação ampla, histórias que são escritas, narradas e difundidas conforme modelos diferenciados, pois as demandas, os modos de difusão e formar de recepção são diferentes.

Considerando que cada público tem sua própria chave de entendimento e expectativa em relação à história, devemos refletir sobre as variadas maneiras pelas quais as narrativas históricas são recebidas/interpretadas (NICOLAZZI, 2019, p. 212), para assim, pensarmos nas formas mais satisfatórias de democratizar o conhecimento histórico próximo aos modelos interpretativos do público, às suas demandas e, ao mesmo tempo, ao compromisso com a ciência.

Ainda que se ressalte os materiais da mídia e/ou da cibercultura como formadores de opinião, a escola é ainda o espaço público onde é possível construir ideias históricas mais elaboradas, sustentadas e plausíveis até mesmo com a utilização destes mesmos materiais.

## Referências

- ALBIERI, S. Apontamentos. In: ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. O. (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-30.
- BERGMANN, K. **A História na reflexão didática**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29-42, set./fev. 1990.
- CAUVIN, T. **A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional**. Revista NUPEM, v. 11, n. 23, p. 8-28, maio/ago. 2019.

- FAGUNDES, B. F. L. **História Pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos.** Revista NUPEM, v. 11, n. 23, p. 29-47, maio/ago. 2019.
- GROOT, J. **Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture.** Londres/Nova York: Routledge, 2009.
- MALERBA, J. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?** Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. História da Historiografia, v. 7, n. 15 p. 27-50, 2014.
- MENEZES, S. Uma história ensinada para Homer Simpsons. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.
- NICOLAZZI, F. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, p. 15, p. 203-222, 2019.
- RAMOS, M. E. T. Profhistória: possibilidade de articulação entre ciência, ensino e história pública. In: ANPUH – Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019, p. 1-15.
- ROSENZWEIG R.; THELEN, D. **The Presence of the Past.** Popular Uses of History in American Life. Nova York: Columbia University Press, 1998.
- ROUSSO, H. L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges. Vingtième Siècle, n. 1, p. 105-122, jan. 1984.
- RÜSEN, J. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Editora UFPR, 2010b. p. 41-50.
- RÜSEN, J. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Editora UFPR, 2010a. p. 23-40.
- SANTHIAGO, R. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.